

Ensino a distância:
conheça os convênios da
Fenae e leia entrevista
com secretário do MEC

Encontros e
desencontros foi o
tema que inspirou os
cronistas da Caixa

Impresso
Especial

100322006
Fenae

...CORREIOS...

AS CONQUISTAS E OS DESAFIOS NA FUNCEF



A Fundação passou por várias mudanças a partir de 2002 e o movimento dos empregados teve diversas reivindicações atendidas. Acompanhe o histórico dessa luta, que possibilitou a guinada na entidade

No fim do ano, o Saci esteve por aqui
E agora, por onde ele anda?

C **a** **Ç** **a** **a** **o** **S** **a** **c** **i**



A Fenae e as Apcefs celebraram, no fim de 2009, o Dia do Saci, com eventos muito especiais para comemorar esse personagem tão querido do folclore nacional.

Mas esse personagem ainda vai dar o que falar...

Na edição anterior, a revista Fenae Agora preparou uma surpresa para você, escondendo um saci na ilustração da mensagem de fim de ano.

Encontre esse saci e concorra a

50 mil pontos

para serem resgatados no Mundo Caixa!

BOA CAÇADA!

Regulamento

1) A promoção Caça ao Saci tem caráter exclusivamente cultural.

2) Podem participar empregados ativos, aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal, associados efetivos das associações filiadas à Fenae ou contribuintes do Fenae Doações. Será vetada a participação de membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, da secretaria e dos funcionários das Apcefs, da Fenae e do Mundo Caixa.

3) Para participar, é preciso localizar o saci na ilustração da página dois da edição 61 (de novembro/dezembro de 2009) da revista Fenae Agora, assinalá-lo, recortá-lo e enviá-lo com o cupom abaixo, preenchido com letras de forma. O envio

deverá ser feito em envelope lacrado, endereçado à "Fenae - Gerência de Comunicação - Caça ao Saci", por correio, para o endereço constante no expediente desta publicação, ou por malote (recomenda-se o envio de malote monitorado). Não será aceito o envio de ilustração fotocopiada, enviada por fax ou e-mail.

4) Não haverá qualquer tipo de julgamento. O vencedor será definido por sorteio, a ser marcado posteriormente. Serão considerados válidos os cupons e recortes enviados pelo malote ou postados no correio até o dia 26 de março, sexta-feira.

5) O contemplado terá direito a 50 mil pontos a serem resgatados no site do Mundo Caixa. O resultado será divulgado na próxima edição da revista Fenae Agora.



Nome:
Matrícula: Lotação:
RG: CPF:
Endereço: Telefone: (.....).....
E-mail:

Preencher este cupom com letras de forma.

Oportunidade

Os brasileiros assustaram-se com a perspectiva de um colapso econômico que arrastaria o país ao fundo do poço, quando a crise mundial estourou em 2008. Mas os esforços focados na economia interna

deram resultados. O Brasil hoje ocupa lugar de destaque no mundo globalizado e ainda mostrou força ao vencer a disputa para sediar a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, eventos que certamente atrairão investimentos e propiciarão a geração de empregos.

Assim, recebemos 2010 de braços abertos. Neste ano, teremos eleições para a presidência do Brasil, definindo o projeto de país que queremos. Há eleições também na Funcef e, por isso, vamos revisitar a história de nosso fundo de pensão (página 18). Para a Fenae, 2010 é o momento de criar novos laços com aposentados e pensionistas, por meio da diretoria criada exclusivamente para esse público (página 12). É ano de Jogos da Fenae, em Fortaleza, e Música Fenae, em Goiás. É ano de desafios e oportunidades.

Acima de tudo, 2010 é ano de mobilização. É o ano da isonomia, em que concentraremos esforços para lutar contra distorções (leia matéria na página 14). É hora de fortalecer o movimento dos empregados para pressionar a direção da Caixa a respeitar a jornada de seis horas sem redução salarial. É hora da luta contra o voto de minerva no âmbito da Funcef. De batalhar por melhores condições de trabalho.

Nesse momento, reformulamos a Fenae Agora, para que ela combine mais com você. Apresentamos o novo projeto gráfico para proporcionar uma leitura mais agradável e demos mais espaço à cultura e ao associado, divulgando os ganhadores do Crônicas Fenae 2009 (página 6), publicando obras dos empregados ativos e aposentados da Caixa na seção Mosaico (página 34), mostrando, com bom humor, um jogo de passatempo na seção Vida bancária (página 33) e promovendo uma brincadeira de caça ao saci.

O ano é promissor. Agarrem as oportunidades. Mirem mais alto e alcançarão o que parecia improvável.<

Boa leitura!

A diretoria

> Índice



12



18



32

4 Rede: volte no tempo e brinque com jogos de Atari.

12 Dedicção à melhor idade com nova diretoria na Fenae.

29 Os dez anos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

5 PAR: a nova marca da corretora da família Caixa.

14 Isonomia: a luta contra distorções na Caixa.

30 Da terra à mesa: desafios da segurança alimentar no país.

6 Gosta de ler? Conheça os finalistas do Crônicas Fenae.

18 Capa: as conquistas e os desafios na Funcef.

32 Zilda Arns: doutora em humanidade.

8 Produtividade: gestão de negócios é foco em Caraúbas.

26 Expansão no ensino fora da sala de aula.

33 Mosaico: a cada edição, a obra de um associado.

10 Para inglês ver: o jogo de “soma zero” da Caixa.

28 Mylton Severiano fala das “vantagens” da televisão.

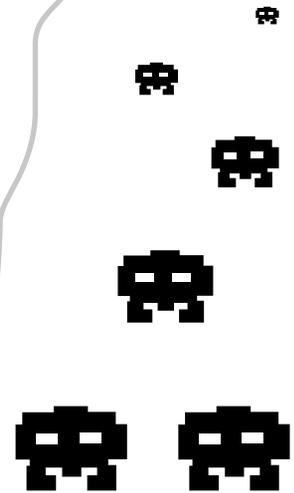
34 Vida bancária: o jogo dos empregados da Caixa.

EM BUSCA DA MENSAGEM PERDIDA



Já ficou horas e horas tentando resgatar um e-mail importante na sua caixa do Outlook? Experimente o Xobni, um programa gratuito e fácil de instalar, que ajuda a organizar todas as suas mensagens. Além do mecanismo de busca que facilita a localização de mensagens antigas, o Xobni ajuda a agendar compromissos e a agrupar mensagens por conversação.

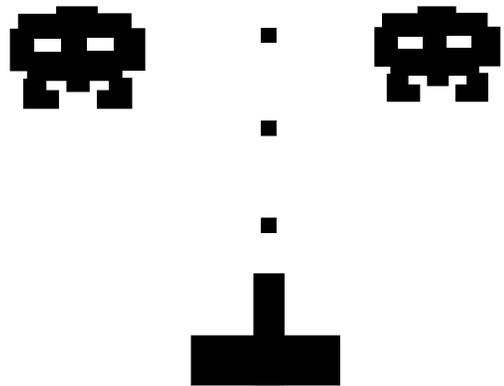
Experimente:
www.xobni.com



Troque seus livros

O site *Trocando livros* se propõe a organizar livros disponíveis para troca entre usuários de todo o Brasil, formando um grande catálogo. Após cadastrar-se no site, você publica a sua lista de livros para troca. Depois, você receberá um crédito a cada livro que enviar pelo correio para algum usuário que esteja interessado na sua publicação. Cada crédito lhe dará o direito de solicitar um livro que esteja disponível na lista do site. Em resumo: quanto mais livros você enviar, mais poderá receber!

Aproveite:
www.trocandolivros.com.br



Diversão e nostalgia

River Raid, Enduro, Pitfall, Megamania: esses são nomes de jogos famosos para quem passou a infância brincando com o antigo videogame Atari, que há muito tempo já não é mais fabricado no Brasil. A boa notícia é que hoje os jogos do Atari estão disponíveis na internet, para jogar online, com o teclado do computador. A única exigência é que o usuário tenha o Java Runtime instalado no computador. O próprio site oferece o link para copiar o programa gratuitamente, caso você não o tenha.

Divirta-se:
www.jogosdeatari.com.br

A **PAR** da nova marca

Corretora ganha novo nome, visando alinhamento com as demais empresas PAR

Quem é da família Caixa tem portal eletrônico especial, atendimento online personalizado, corretor virtual e seguros exclusivos. Esses produtos e serviços integram o portfólio da corretora do pessoal da Caixa, agora com novo nome e marca: PAR Corretora de Seguros.

A nova marca foi lançada em dezembro de 2009, em Brasília (DF), para estar alinhada com as demais empresas PAR, cujos objetivos são complementares. Com a mudança, a Corretora soma-se às empresas PAR Saúde, PAR Relacionamento, PAR Cultural, PAR Finanças e PAR Negócios Imobiliários, já que também atua prioritariamente no Mundo Caixa.

Essa alteração representa uma mudança de paradigma, em que é importante explicitar a evolução e a capilaridade da empresa, por meio da nova imagem e atitude.

A PAR Corretora, no entanto, mantém sua identidade e continua a atender de modo eficaz e personalizado. Existem, inclusive, produtos especialmente feitos para o pessoal da Caixa, compondo uma carteira de serviços completos e fáceis de usar – sendo possível o gerenciamento de seguros e atendimentos online.

Veja, no quadro ao lado, algumas das vantagens que o pessoal da Caixa tem à disposição. <



Augusto Coelho

Família PAR: padronização da imagem junto a clientes e acionistas

Exclusividade Caixa

Vida Exclusivo

- Coberturas e capitais diferenciados.
- Serviço de assistência funeral.
- Até 40 dias para pagar a primeira parcela, com pagamento em débito automático.
- Sorteios de R\$ 20 mil líquidos de imposto de renda: garantido um ganhador por mês!

Auto Exclusivo

- Descontos especiais, carro reserva gratuito e serviços de Assistência dia e noite.
- Até 40 dias para pagar a primeira parcela, com opção em débito automático.
- Equiparação de preços com as seis principais seguradoras do país.
- Atendimento no Brasil, no Paraguai, na Argentina e no Uruguai.

Residencial Exclusivo

- Desconto na contratação.
- Quem possui seguros Auto Exclusivo e Vida Exclusivo ganha 25% de desconto, no Distrito Federal.
- Inclusão de serviços para linha branca (geladeira, fogão, máquina de lavar roupa).

Fenae Saúde

- Plano exclusivo contratado pela Federação para o pessoal da Caixa, com até 40% de desconto.

Canais de atendimento

- Assistente de Vendas Exclusivo (Asvex).
- Portal do pessoal da Caixa, com atendimento online.
- Telefone 0800-601-8080 e nova central exclusiva para o Distrito Federal: 0800-602-2492.

Encontros e Desencontros

Concurso do Circuito Cultural da Fenae revela o talento dos cronistas da Caixa

O concurso Crônicas Fenae 2009 recebeu 51 inscrições e, desses, 22 participaram pela primeira vez do Circuito Cultural da Fenae. Mas foi um participante que inscreveu um trabalho pela sexta vez nos concursos do Circuito quem se destacou.

Escrevendo sobre o tema “Encontros e Desencontros”, Luiz Carlos Trecco, lotado na agência Joinville, na cidade homônima de Santa Catarina, foi o grande vencedor, com a obra *Encontros no amanhecer de Mato Grosso*. Pela conquista, ele receberá troféu e prêmio de 100 mil pontos a serem resgatados em prêmios no portal www.mundocaixa.com.br. Luiz já ganhou troféu anteriormente pelo segundo lugar do Contos Fenae 2008.

Em segundo lugar ficou o participante Cristiano Augusto Casotti, lotado no PAB Casa do Cidadão, em Vitória (ES), que inscreveu a obra *Os giros que a vida dá*. Ele vai receber 80 mil pontos mais troféu. A obra *E o mundo gira, Zira...*, de Aloísio Dozza Dias, foi a terceira colocada. Ele trabalha na RETPV Campestre, em Minas Gerais, e seu prêmio é de 40 mil pontos mais troféu.

Trechos das crônicas vencedoras podem ser lidos ao lado. Os textos integrais dessas crônicas estão publicados no hot-site do concurso (www.fenae.org.br/cc/cronica2009). Leia as histórias desses talentosos cronistas e inspire-se!

Acompanhe o calendário de concursos do Circuito Cultural Fenae pelo site www.fenae.org.br e seja o próximo a ganhar troféus e pontos a serem resgatados pelo site do Mundo Caixa. <

Encontros num amanhecer no Mato Grosso

(...) Mas era bom de respirar aquele ar úmido, que logo sumiria aos primeiros raios de sol. Bom viver numa noite como aquela. Era como reencontrar algo perdido, algo que o calor forte parecia esconder dentro do peito e que a chuva fresca vinha libertar.

Era isso que Teodósio Matoso sentiu quando saiu do boteco e sorveu com delícia o ar da madrugada. Arrumou a camisa para dentro da calça de brim, deu um jeito no cabelo oleoso com uma das mãos; a outra procurava a carteira em um dos bolsos (...)

Os giros que a vida dá

(...) A tragédia do passado se refez na perplexidade do momento. Talvez a mesma, o mesmo frio na barriga daquela tarde a beira da porta da sala. Um balde de água fria no rapazinho moleque, a criança dos dentes de leite e bobo com a menininha nova e passageira dos bons tempos. Nem o sumiço inesperado, nem a fuga do pai malvado em busca de melhores empregos e oportunidades, nada disso foi capaz de acalmar as batidas do coração ainda apressadas naquele momento (...)

E o mundo gira, Zira...

(...) Zira não permitiu que nenhuma das duas a vissem chorar. Somente após os vultos se perderem no horizonte ela se deu conta do que fizera. E se arrependeu amargamente do que dissera. Mas já era tarde demais. Então se deixou desabar na cadeira de balanço, que naquela tarde parecia ranger ainda mais melancólica. Naquele momento uma rajada de vento quente e seco impregnou o ar com a poeira secular do sertão, colorindo a paisagem de um vermelho-alaranjado. E tudo ficou em silêncio (...)



Presentão de Natal

A campanha *Então é Natal* ofereceu diversão e prêmios aos empregados ativos e aposentados da Caixa no fim de 2009. O empregado Osvaldo Molon Filho, lotado na agência Franco da Rocha, na cidade de São Paulo (SP), foi o mais pé-quente dos participantes: ganhou o prêmio principal da campanha, o carro zero quilômetro.

A campanha também premiou o vídeo mais votado pelos participantes, de Uilson Roberto de Oliveira (SP), que ganhou 200 mil pontos. Os ganhadores das três redes artesanais produzidas pela Coopearte - Mãos que Fazem, de Caraúbas do Piauí, foram João Ricardo Sehn (RS), José Expedito Arthur (MG) e Estevão Bayerl Pereira (ES).

Também foram sorteados vales da loja de perfumes O Boticário, ingressos de cinema e assinaturas de revistas. Ao todo, a campanha premiou 54 participantes. <



Poços artesanais

Em uma das etapas da campanha, o objetivo era a arrecadação de pontos. Mais de 1.700 participantes doaram quase 4 milhões de pontos, equivalentes a R\$ 39 mil. O valor será investido na construção de dois poços artesanais nas comunidades de Casa Nova e Cágado, no município de Caraúbas do Piauí (PI), onde a Fenaé atua desde 2005 com ações de solidariedade e desenvolvimento social, por meio do programa Movimento Solidário.

Para saber mais sobre o Movimento, leia matéria da página 8 e acesse o site www.fenae.org.br/movimentosolidario.



Novos horizontes

Autogestão, autoestima, organização e geração de renda. Os principais objetivos do Movimento Solidário começam a transparecer em Caraúbas do Piauí



Horta comunitária: esperança de uma terra mais produtiva

O Movimento Solidário, programa de responsabilidade social da Fena e das empresas PAR, atua desde 2005 com ações de desenvolvimento social e econômico em Caraúbas do Piauí. Ele conta com a colaboração dos empregados da Caixa por meio de campanhas como a *Então é Natal*, realizada no fim de 2009. A ação arrecadou cerca de R\$ 39 mil, valor que será investido na construção de dois poços artesanais nas comunidades de Casa Nova e Cágado.

A Fena ainda trabalha em conjunto com a Cáritas Brasileira Regional do Piauí, que acompanha três grupos de economia solidária no município: a Coopearte, Cooperativa Artesanal Mãos que Fazem; os trabalhadores da horta comunitária e a Associação de Produtores de Leite (Aproleite).

Horta comunitária

As 17 famílias produzem uma variedade de produtos como alface, coentro, cebolinha, cenoura e beterraba, todos orgânicos e com boa aceitação no mercado interno de Caraúbas do Piauí e de Caxingó, município vizinho.

O grupo recebeu ajuda no processo de sua formalização, com organização de documentação e melhora da gestão financeira. Iniciou-se também um processo de discussão com a prefeitura por conta do local em que está a horta, que é de fácil alagamento.



acervo Aproveite



Aproveite: melhora do processo produtivo auxiliou na busca por novos parceiros para venda

Leite de qualidade

A gestão do negócio da Aproveite foi aprimorada, com acompanhamento da reorganização de documentos, regularização do CNPJ e mudança no Estatuto e no Regimento Interno. Assim, foi possível pleitear alguns projetos junto ao Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), do governo federal. Foi assim que a associação adquiriu um trator, por exemplo.

A Aproveite também adquiriu um tanque de resfriamento e, para aumentar a qualidade do produto, estão em fase de organização um curso de inseminação artificial para produção de leite de alta qualidade e outro de fabricação de queijos.



Pintar e bordar

Cursos de bordado, pintura e costura foram realizados para incrementar os produtos da Coopearte. Assim, além das tradicionais peças que as mulheres costumavam fazer, foram criados novos itens como roupões, toalhas e porta-jóias.

A cooperativa começou a participar mais efetivamente de feiras. Em maio de 2009, as cooperadas foram à semana do Dia das Mães, no centro de artesanato de Teresina (Prodarte). Em agosto, foi a vez da Feira Estadual de Economia Popular Solidária, também em Teresina (PI). Em dezembro, produtos da cooperativa foram levados para a Feira de Economia Solidária de Santa Maria (RS) e, em janeiro de 2010, à feira da Assembleia Geral da Cáritas Brasileira, em Igarassu (PE).

A gestão do grupo também foi aperfeiçoada, com processo de regularização do CNPJ e abertura de conta bancária.



acervo Cáritas Brasil

Autonomia: trabalhadores reaprendem a exercer seu papel na economia

Terra fértil

E o trabalho continua, para que os trabalhadores sintam seu papel na economia, conheçam seus direitos e deveres e exerçam sua cidadania. <

Para inglês ver

Causou espanto a notícia de que, com o objetivo de compensar a queda de receita e mitigar o risco de descumprimento da meta de superávit primário, em 2009, a Caixa Econômica Federal foi obrigada a pagar R\$ 2,4 bilhões de dividendos ao Tesouro Nacional ao longo desse ano. Esse valor era 20% maior do que todo o lucro acumulado até o terceiro trimestre. O banco foi então obrigado a sacar das reservas de lucros de anos anteriores. Logo, em tese, a Caixa teria reduzido seu patrimônio e diminuído a capacidade de exercer sua principal atividade: conceder empréstimos. Oportunista, a extrema-esquerda brandiu a mesma bandeira de luta dos conservadores e criticou não só a queda do superávit fiscal como também o uso político dos bancos públicos.

Entretanto, havia sido publicada a notícia de que o Tesouro Nacional concederia à Caixa Econômica Federal empréstimo perpétuo de R\$ 6 bilhões para garantir a oferta de crédito da instituição no ciclo de retomada do crescimento econômico. Qualquer um poderia calcular que, no encontro de contas, a Caixa sairia mais capitalizada.

Foi a terceira operação de apoio do controlador com a Caixa nos últimos quatro anos. Em outubro de 2005, o Banco Central autorizou o banco estatal a transformar em espécie de capital parte do passivo de longo prazo que a instituição tinha no FGTS. Na época, a operação deu ao banco mais R\$ 3,4 bilhões para reforçar o patrimônio de referência, o que permitiu alavancar a capacidade de empréstimo. No início de 2007, o Tesouro concedeu diretamente empréstimo perpétuo de R\$ 5,2 bilhões.

Nas outras capitalizações da Caixa, não se construiu a engenharia financeira que, no primeiro semestre de 2007, evitou o uso de recursos fiscais. Naquela ocasião, para atender à demanda do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e, ao mesmo tempo, cumprir o limite de contratação de empréstimos ao setor público de 45% do valor do seu Patrimônio Referência (PR), a MP 347 possibilitou que o Tesouro concedesse empréstimo com pagamento de juros, mas sem vencimento à Caixa que

permitisse o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD). O termo IHCD refere-se ao conceito de “quase-capital”, em que determinada obrigação sem data para vencimento final pode ser eleita como componente do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) nível II do banco, elevando seu potencial para atender à demanda por crédito.

Sob o ponto de vista do Tesouro Nacional, o efeito do IHCD foi neutro. Por um lado, ele concedeu o empréstimo perpétuo à Caixa, sobre o qual iria receber juros equivalentes aos pagos por título de dívida pública de mais longo prazo disponível. Por outro, para proteger as finanças do banco, sua Tesouraria providenciou a aquisição desses títulos de dívida pública. Mitigou o risco do custo desses “recursos perpétuos”, no passivo, ser superior ao cobrado, no ativo, por exemplo, para saneamento e habitação popular, isso sem considerar os anos de carência concedidos nos empréstimos para essas áreas. Devido à estratégia de proteção (hedge), o que o Tesouro Nacional receberia pelo empréstimo perpétuo tornou-se exatamente igual ao que ele pagaria em título de dívida pública de longo prazo, na carteira de títulos da Caixa.

No jogo de partidas dobradas, o passivo perpétuo da Caixa corresponderia aos títulos de dívida pública de mais longo prazo que ela passou a contabilizar entre seus ativos. Seu Índice de Solvabilidade (Basiléia) passou para 33,3%, no final do segundo trimestre de 2007. No terceiro trimestre de 2009, esse índice caiu para 16,1%, incentivando a repetir aquela operação contábil-financeira.





Esta operação não terá impacto no superávit primário nem na dívida líquida do setor público. É mera transação contábil-financeira dentro do próprio setor público. As empresas estatais financeiras não entram diretamente no cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), também chamada de “déficit nominal” ou “resultado nominal”. A NFSP corresponde à variação nominal do endividamento do setor público não-financeiro junto ao sistema financeiro e ao setor privado, doméstico ou do resto do mundo.

Como o déficit refere-se ao setor público não-financeiro, exclui o endividamento dos bancos oficiais. Não o afeta, a não ser que estes exijam capitalização com recursos fiscais, como em 1996, para o Banco do Brasil, e em 2001, para todas as instituições financeiras públicas federais. Pelo contrário, dividendos quando pagos pelos bancos públicos funcionam como entrada líquida de recursos no Tesouro Nacional, favorecendo diretamente o resultado primário do setor público consolidado.

O Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES, juntos, foram responsáveis em média por 44% do total de dividendos recebidos pela União de 2000 a 2006, sendo crescentes ano a ano. A cobrança de performance aos bancos públicos por parte do controlador majoritário passou a ser cada vez maior. O argumento usado então pelo Secretário do Tesouro era: “Eu te capitalizei quando você necessitou; agora, quero retorno do meu capital, no mínimo, de acordo com o custo de oportunidade, isto é, com o que eu ganharia se não tivesse de pagar Selic sobre a dívida pública que fiz ao te capitalizar”.

O Tesouro Nacional possui 100% das ações da Caixa. Esta é seu “braço financeiro”, estando portanto sujeita às vicissitudes das finanças públicas. Esse jogo contábil de “soma zero” é, na verdade, “para inglês ver”. Atesta a realidade de que ela tem risco soberano: falência não se aplica a ela, mas ela paga por isso... <

Fernando Nogueira da Costa

Professor Associado do IE-Unicamp, 56, foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007.

- fernandonogueiracosta.wordpress.com
- fercos@uol.com.br



*Ely Freire assume a
Diretoria para Assuntos de
Aposentados e Pensionistas*

Compromisso com a **dignidade**

Com uma diretoria especialmente criada para atender os aposentados e pensionistas, Fenae visa uma relação cada vez mais sólida e madura

A Fenae sempre manteve no centro de suas ações a defesa dos direitos e das reivindicações dos aposentados e pensionistas da Caixa Econômica Federal. Agora, depois da criação da Diretoria para Assuntos de Aposentados e Pensionistas, o relacionamento com as representações específicas do segmento deverá ser ampliado. Um dos principais desafios é prosseguir com a política de união entre empregados e aposentados, na busca por mais conquistas para todos.

A criação dessa nova instância foi aprovada pelo Conselho Deliberativo Nacional (CDN) da Fenae, em dezembro do ano passado. Com isso, a Diretoria Executiva da Federação passa a contar

com 11 membros efetivos e não mais nove, pois também foi criada uma nova diretoria executiva. Para a efetivação dessa mudança, o CDN autorizou o órgão colegiado, normativo e executivo da Fenae a proceder com as alterações dos artigos 20, 31 e 89 do atual estatuto da entidade. Foram ratificados ainda os demais artigos das regras vigentes, consolidadas em texto único para registro em cartório.

Como o estatuto da Fenae não permite a inclusão de mais dois diretores durante o exercício do mandato, ficou estabelecido que um dos diretores executivos fosse remanejado para a nova pasta. Assim, a Diretoria para Assuntos de Aposentados e Pensionistas ficou sob a responsabilidade de Ely Custódio Freire, remanejada do cargo de diretora executiva.

A ideia é elaborar políticas específicas e coordenar atividades específicas para o segmento, promovendo intercâmbio entre a Fenae e entidades de aposentados e pensionistas, nos níveis estadual e nacional, de bancários e outras categorias de



acervo Apcef

Apcef/PB levou o animado grupo a uma pousada



acervo Apcef

Apcef/AM teve dia de lazer para entreter o pessoal



acervo Apcef

Na Apcef/SC teve dança, massagem, manicure...



acervo Apcef

Apcef/SP ofereceu cabeleireiros e maquiadores



Augusto Coelho

Dia do Aposentado foi relaxante na Apcef/DF, com yoga na beira do lago Paranoá, na sede da associação

profissionais aposentados. Outra prioridade é a defesa dos interesses do segmento junto à Caixa, Funcef, Prevhab e aos órgãos da Previdência oficial.

Na história do engajamento de Ely Freire com o movimento associativo dos empregados da Caixa estão registrados momentos como o da conquista da jornada de seis horas e o do direito à sindicalização em 1985. Além disso, as mobilizações dos anos seguintes, traduziram-se na implantação do Novo Plano e na democratização da Funcef, com eleições paritárias para os órgãos de gestão: diretoria e conselhos. Ely ainda traz, em seu histórico, passagens pela Apcef/AL e pelo Sindicato dos Bancários de Alagoas. Hoje, no âmbito da Fundação, Ely Freire atua no Comitê de Assessoramento Técnico de Benefícios.

Ela trabalha na Caixa desde 1982 e, atualmente, está licenciada da Gicop de Maceió (AL), onde exerceu a função de analista júnior. À frente da Diretoria para Assuntos de Aposentados e Pensionistas da Fenaé, Ely Freire dará total apoio para a atuação conjunta entre empregados e aposentados. Essa ação, segundo ela, visa contribuir para o aumento da participação dos aposentados e pensionistas em fóruns do movimento dos empregados. Eles ainda serão incentivados a participar dos eventos esportivos, culturais e sociais promovidos pela Fenaé.

Um desses eventos é a celebração do Dia Nacional do Aposentado, 24 de janeiro, que, em 2010, foi comemorado entre 21 de janeiro a 7 de fevereiro pela Fenaé e pelas Apcefs de forma integrada, reafirmando o compromisso com a vida digna aos aposentados. <



Montagem com fotos de Augusto Coelho e acervo Apcef

Direitos iguais para todos

A era de distorções tem de terminar e é preciso mobilização para lutar por isonomia na Caixa

A luta por isonomia de direitos e benefícios entre novos e antigos trabalhadores é a prioridade do movimento nacional dos empregados da Caixa Econômica Federal para o ano de 2010. Em 27 de janeiro, a Fenaef, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e as entidades sindicais representativas organizaram um Dia Nacional de Luta, lançando a campanha “2010, o ano da isonomia”.

Essa ação visa intensificar a mobilização em todo o país para pressionar a direção da Caixa a concluir o processo de isonomia. Para Jair Pedro Ferreira, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e diretor de

Administração e Finanças da Fenaef, os trabalhadores precisam engajar-se nesta luta, sobretudo os técnicos bancários.

Ele afirma que sem mobilização pouco poderá ser feito pela igualdade de direitos, na Caixa e em outros bancos públicos federais. E acrescenta: “É fundamental que todos os empregados se envolvam no país inteiro, para confrontar a direção da empresa e eliminar os obstáculos causados pela falta de isonomia”. Isonomia, de acordo com ele, é uma reivindicação permanente do movimento sindical bancário.

A distinção entre novos e antigos empregados foi introduzida por resoluções publicadas em 1995 e 1996 pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), sob a denominação de Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE). Desde



então, como parte dos chamados entulhos autoritários do governo Fernando Henrique Cardoso, os administradores das empresas públicas federais foram orientados a limitar os gastos com custeio de pessoal. Foi com base nessa recomendação que, a partir dos novos concursos públicos, diversas conquistas históricas dos trabalhadores passaram a ser ignoradas. Nessa época, os bancos públicos federais estavam sob a ameaça da privatização.

Pior para os empregados admitidos após o ano de 1997. Ingressaram em condições desfavoráveis em comparação com os mais antigos, e foram enquadrados em tabelas salariais defasadas, com perdas de direitos, como licença-prêmio, anuênio, Ausência por Interesse Pessoal (Apip) e gratificação ou parcelamento de férias.

Na Caixa, por exemplo, os contratados desde 1998 foram registrados como técnicos bancários, sem direito a uma série de benefícios concedidos aos demais trabalhadores. Na Funcef, os técnicos bancários foram enquadrados em um plano de

benefícios recusado pelo movimento associativo e sindical: o REB. Os aposentados também perderam direitos. Em 1995, a empresa cortou o tíquete-alimentação, retornando o benefício apenas em 2005 para quem havia se aposentado até a data de suspensão e estava com ação na Justiça. Quem se aposentou depois de fevereiro de 1995 continuou sem o direito ao tíquete. Tanto o tíquete como a cesta-alimentação não são pagos aos aposentados e pensionistas.

A discriminação ocorre ainda em relação a salários diferenciados entre ocupantes de cargos gerenciais do mesmo nível: I, II, III ou IV, tendo por referência mercados de classificação diferentes – A, B ou C. Embora trabalhando em superintendência do mesmo nível, passaram a ter salários distintos sob a alegação de estarem em mercados diferentes.

A luta contra essa e outras distorções fez parte da resistência do movimento sindical bancário aos ataques neoliberais de FHC contra os direitos dos trabalhadores. Os primeiros avanços foram

registrados em 2003, como resultado direto das greves e mobilizações dos bancários. O diretor da Contraf/CUT e membro da CEE/Caixa, Plínio Pavão, afirma que, na campanha salarial daquele ano, a realidade de distorções começou a ser mudada. Naquela época, segundo ele, direitos como Apip de cinco dias e parcelamento de férias em até cinco vezes foram estendidos aos técnicos bancários. Também, na mesma ocasião, foi extinto o mercado D. Anos depois, a luta do movimento dos empregados conquistou a ampliação do reembolso do adiantamento de férias para todo mundo, dessa vez em dez parcelas.

Plínio Pavão lembra ainda que, em 2004, foi conquistado o direito à conversão em espécie e o acúmulo da Apip, dando-se também a implantação do Saúde Caixa, quando as despesas médicas deixaram de ter custos diferenciados para empregados novos e antigos, e a mensalidade passou a ser calculada percentualmente: valores diferentes para salários distintos. Essa mudança implicou redução de 50% na mensalidade que era paga pelos técnicos bancários. Outra vitória importante: o Saúde Caixa foi mantido para os aposentados pelo INSS que continuam trabalhando na empresa.

Também houve mudança na Funcef. Os novos empregados passaram a participar do Novo Plano, implantado em junho de 2006. A migração para esse Novo Plano, dos técnicos bancários enquadrados

PARTICIPAÇÃO

Empregados da Caixa lutam pela equiparação de direitos

MOBILIZAÇÕES TROUXERAM BONS RESULTADOS, MAS AINDA HÁ DISTORÇÕES QUE PRECISAM SER CORRIGIDAS

A discriminação entre os empregados da Caixa Econômica Federal teve início no governo FHC, em 1996, quando os novos trabalhadores dos bancos públicos tiveram vários direitos retirados. A partir de então, o movimento sindical travou uma árdua e intensa luta pelo resgate dos direitos da categoria.

Apesar das últimas 12 anos, com mobilizações e greves, os bancários vêm confrontando a direção da Caixa para eliminar os obstáculos causados pela falta de isonomia. Mesmo após várias conquistas importantes, a isonomia ainda não é total.

Medidas como licença-prêmio para todos, adicional por tempo de serviço (anuênis) e tíquetes para os aposentados continuam na pauta de reivindicações dos empregados da Caixa, pois ainda não foram atendidas.

A campanha "Força de Justiça" prossegue coletando assinaturas para o restabelecimento do auxílio-alimentação na aposentadoria para todos. Para a Contraf/CUT e as entidades sindicais e representativas, a hora é de mobilização e luta, pois 2010 é o ano da isonomia.

SEQUÊNCIA DE CONQUISTAS IMPORTANTES

- 2003**
 - Concessão do gozo de Apip e parcelamento de férias para os novos empregados.
 - Início de recuperação da cesta-alimentação, que era de 25% do valor da categoria.
- 2004**
 - Alteração no plano de saúde com contribuição proporcional de 2% sobre a remuneração.
 - Possibilidade de acumulo e conversão de Apip para os novos empregados.
- 2005**
 - Retorno do auxílio-alimentação para aposentados até fevereiro de 1999.
 - Equiparação da cesta-alimentação ao valor da categoria.
- 2006**
 - Criação do Novo Plano da Funcef.
 - Democratização da Funcef com eleição de 50% da diretoria e dos conselhos.
- 2007**
 - Ampliação do reembolso do adiantamento de férias em 10 parcelas.
 - Manutenção do Saúde Caixa aos aposentados pelo INSS em efetivo exercício na Caixa.
- 2008**
 - Unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS).

O QUE FALTA PARA GARANTIR ISONOMIA

- Licença-prêmio
- Adicional por Tempo de Serviço (ATS) - anuênio
- Tíquetes para os aposentados

Nossa LUTA Publicação da Contraf/CUT em apoio da FENAE. Democracia: Rua Líbero Badur, 158 - 1ª andar - CEP 01006-000 - São Paulo-SP - Fone: (11) 2102-2763 - www.contraf.org.br - E-mail: contraf@contraf.org.br Presidente: Carlos Cordeiro. Secretário de Imprensa: Ademar Hisselbach. Assessor: Junior Biondi. Arte: Tânia Araújo

Contraf/CUT produziu material especial sobre o tema da isonomia



Augusto Coelho



Jair Pedro Ferreira em plenária com empregados da Caixa: defesa do movimento sindical bancário

ISONOMIA



no REB, foi aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da Fundação, assim como pela Caixa. Falta, agora, apenas a autorização dos órgãos governamentais. Igualmente relevante foi a conquista da democratização da Funcef, com eleição de 50% da diretoria e dos conselhos.

A unificação das tabelas do Plano de Cargos e Salários (PCS) veio em 2008 e significou aumento salarial de até 10%, além do comprometimento da empresa com a implantação de um novo Plano de Cargos Comissionados (PCC), questão ainda pendente. Em 2009, tal como vem ocorrendo desde 2003, os trabalhadores da Caixa recorreram a uma greve nacional para fazer valer as suas reivindicações.

Para conquistar outros direitos, o movimento nacional dos empregados aposta na mobilização em todo o Brasil. Em 2010, Plínio Pavão aponta a perspectiva de novos avanços em relação à isonomia. O foco, dessa vez, é a conquista da licença-prêmio de 18 dias por ano, para gozo ou conversão em espécie, e o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) ou anuênio, correspondendo a um extra de 1% por ano de trabalho.

Outra meta da luta por isonomia é acabar com as discrepâncias salariais entre gerentes e superintendentes, eliminando a classificação de mercados como fator de diferenciação. Para os aposentados, a reivindicação é de pagamento

do tíquete-refeição e da cesta-alimentação para todos, sem nenhuma discriminação.

No centro da luta pela isonomia está a revogação das resoluções 10 (1995) e 9 (1996) do Dest, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Esses dispositivos serviram de base legal para as discriminações nos bancos públicos federais e empresas estatais. Como esse problema extrapola a mobilização exclusiva da Caixa, Plínio Pavão afirma que o esforço despendido é para envolver os trabalhadores dos demais bancos federais e de outras estatais. Para ele, o movimento em torno da isonomia precisa ser conjunto, com pressão não apenas sobre as direções das empresas públicas, mas notadamente sobre os diversos setores governamentais.<

*Plínio Pavão:
"Realidade de
distorções começou a
ser alterada em 2003,
mas ainda faltam
pontos importantes"*



Augusto Coelho



Acervo Feneae

Posse dos conselheiros eleitos em 2002: paridade nos órgãos de gestão

Conquistas e desafios na **Funcef**

A Fundação passou por várias mudanças a partir de 2002 e o movimento dos empregados teve diversas reivindicações atendidas. Acompanhe o histórico dessa luta, que possibilitou a guinada na entidade

Criada em 1977, a Funcef vivencia desde o início desta década uma fase completamente distinta do seu histórico de gestões ineficientes. As mudanças ocorridas na Fundação tiveram como marco a instituição da paridade na composição de seus órgãos de gestão – Conselhos Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva.

Em maio de 2002, os associados elegeram três dos seis membros do Conselho Deliberativo e dois dos quatro integrantes do Conselho Fiscal, cada um com seu respectivo suplente.

Em 2003, a Diretoria Executiva passou a contar com dois representantes dos associados, por indicação dos conselheiros deliberativos eleitos,

conforme acordo estabelecido com os representantes da patrocinadora. Até então, esta instância contava com apenas um diretor eleito, que saía de uma lista tríplice, ou seja, não era necessariamente o mais votado.

Fruto de negociação em Grupo de Trabalho (GT) paritário, que culminou na reformulação do estatuto, a diretoria passou de cinco a seis membros, viabilizando a paridade na sua composição. A primeira eleição para os três dos seis diretores foi realizada em maio de 2006, junto com a renovação de mandatos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A democratização dos órgãos de gestão da Funcef esteve sempre entre as principais reivindicações do movimento dos empregados e aposentados. A mobilização no âmbito da Caixa deu-se em sintonia com a dos trabalhadores de outras empresas, tendo como ponto de aglutinação a

Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar).

O primeiro passo em direção ao que se tem hoje, em termos de gestão compartilhada, veio com a aprovação no Congresso Nacional da lei complementar 108, de maio de 2001, que instituiu a composição paritária nos conselhos dos fundos de pensão.

Com a mudança do estatuto da Fundação, foi sacramentada a composição paritária tanto nos conselhos como na diretoria. Para esses e outros avanços estatutários, foi decisiva a atuação dos representantes dos associados no âmbito do Conselho Deliberativo, assim como dos diretores que haviam sido indicados pelos conselheiros eleitos após o acordo negociado com os representantes da Caixa. O novo estatuto entrou em vigor em agosto de 2007.

No decorrer da luta em que foram abertos espaços para participação dos associados, houve uma profusão de iniciativas em busca de soluções para problemas que vinham se agigantando e se constituíam em séria ameaça ao patrimônio dos associados. “Entre esqueletos e bombas de efeito retardado gerados por gestões temerárias, completamente alheias aos interesses dos participantes e dos assistidos, era preciso agir, e o quanto antes”, lembra Carlos Caser, atual diretor de Benefícios da Fundação, eleito pelos trabalhadores. Em

2002, Caser era um dos eleitos para o Conselho Deliberativo.

Em paralelo ao processo de democratização da Funcef, a atuação dos conselheiros e diretores eleitos, em colaboração com as entidades associativas e sindicais, forjou o fim dos desmandos na administração do patrimônio da Fundação, o equacionamento de antigas pendências, entre as quais a do Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP), a superação da ameaça à sustentabilidade dos planos de benefícios, o fim do limite de 55 anos para concessão de aposentadoria integral e a política de recuperação dos benefícios.

Em relação aos maus investimentos e às irregularidades, a Funcef passou a instigar investigações do Ministério Público e auditorias (confira na página 24). Além de transparência, a gestão compartilhada imprimiu também a marca da eficiência na aplicação dos recursos. De R\$ 8,7 bilhões em 2002, chegou-se a R\$ 38,9 bilhões em 2009. Mesmo em 2008, ano marcado pela crise econômica mundial, o resultado foi positivo em 1,7%, enquanto a rentabilidade média dos fundos de pensão no Brasil foi de -1,62%.

Os planos de benefícios apresentavam sérios problemas e os conselheiros eleitos em 2002 apresentaram a proposta de elaboração de novo plano de benefícios em grupo de trabalho paritário.



Da esquerda para a direita: em reunião do Conselho Deliberativo da Funcef, Célia Margit Zingler (conselheira deliberativa eleita suplente); José Miguel Correia (conselheiro deliberativo eleito); Fabiana Matheus (conselheira deliberativa eleita); Carlos Levino Vilanova (conselheiro deliberativo eleito)

As discussões foram concluídas em julho de 2005 e a criação do Novo Plano com saldamento do REG/Replan foi submetida a plebiscito em outubro daquele ano. A aprovação foi de 81,46% dos participantes.

Para viabilizar as medidas de reestruturação dos planos, foi exercida forte pressão sobre a Caixa para recebimento de uma dívida que se avolumava desde a criação da Funcef, que vinha sendo questionada pela patrocinadora, inclusive com recursos judiciais. O valor a receber estava estimado em cerca de R\$ 4 bilhões. A Caixa propôs desconto de R\$ 1,4 bilhão. Os conselheiros deliberativos eleitos foram contrários, mas foi aprovado pelos representantes da empresa, com o recurso do voto de minerva. A Funcef recebeu R\$ 2,7 bilhões.

Com o Novo Plano, todos os direitos acumulados pelos participantes foram garantidos. Foi extinto o limite de 55 anos para a concessão dos benefícios integrais, uma reivindicação histórica dos associados e que contemplou os participantes de todos os planos. Foi feita, inclusive, a revisão dos benefícios dos que haviam se aposentado com redução por causa da exigência de idade mínima.

A contribuição da Caixa passou de 7% para até 12% da remuneração do empregado, incluindo o complemento de mercado. Os benefícios passaram

a ter garantia de reajuste anual pela inflação, independentemente da política salarial da Caixa.

Para os benefícios saldados, foi constituído ainda o Fundo para Revisão de Benefícios. O limite desse fundo era 50% do excedente da meta atuarial. Por proposição das representações dos participantes e assistidos, em 2008 ele passou a ser até 90% do resultado financeiro que exceder a meta atuarial. Os reajustes acumulados chegaram a 27,04% (10,79% em agosto de 2006, 4% em setembro de 2006, 3,54% em janeiro de 2007 e 5,35% em janeiro de 2008, mais 1,08% em 2010).

A pendência relativa ao PMPP (aposentados ex-Sasse), de mais de 20 anos, foi viabilizada em 2007, com o compromisso da Caixa de reassumir, em acordo com a Funcef, o pagamento dos benefícios que vinham sendo feitos pelo INSS. Cerca de 1.700 assistidos e pensionistas receberam diferenças de reajustes que variaram entre 13% e 105%.

Em 2008, foram implantados os Comitês Técnicos de Assessoramento (Qualidade de Informações Contábeis e de Auditoria, Benefícios, Ética e Investimentos), que, na definição da conselheira deliberativa eleita Fabiana Matheus, “são novas janelas por onde os associados poderão observar mais de perto e por diversos ângulos a governança e o grau de eficiência na gestão dos recursos da Fundação”. Os comitês estão



Augusto Coelho

Cerimônia do ato de assinatura do acordo para pagamento da complementação denominada Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (PMPP)



assegurados no novo estatuto da Fundação e têm composição paritária.

Entre várias outras conquistas destacam-se ainda o repasse de R\$ 246,6 milhões da Caixa à Funcef para cobrir a diferença de reserva matemática dos participantes e assistidos da Prevhav, feito em 2009, e a incorporação dos participantes do REB pelo Novo Plano, que está sendo concluída.

O foco do momento é a mudança do método de custeio do REG/Replan não-saldado. “Nosso objetivo é dar sustentabilidade a esse plano, sem permitir os aumentos exorbitantes de contribuição exigidos pelo atual método de custeio”, ressalta a conselheira Fabiana Matheus.

Outro objetivo dos representantes dos associados é promover a mudança de regulamento para fazer justiça às mulheres pré-79 aposentadas proporcionalmente. A ideia é assegurar às associadas até junho de 1979, em caso de aposentadoria proporcional, tabela com a mesma progressividade estabelecida para os homens. Leia mais sobre os desafios da Funcef na entrevista da página seguinte com José Carlos Alonso, ex-conselheiro deliberativo da Funcef e atual dirigente da Contraf/CUT.

Período de eleições

Serão realizadas de 26 de abril a 6 de maio deste ano novas eleições de diretores e de conselheiros representantes dos trabalhadores. Em 1º de junho próximo, vencem os mandatos dos três representantes dos associados na Diretoria Executiva. No Conselho Deliberativo, que conta com três representantes eleitos, vencem dois mandatos. No Conselho Fiscal, entre dois representantes, encerra-se um mandato. Nos conselhos, são eleitos os representantes titulares e seus respectivos suplentes. Na diretoria, não há suplência.

As inscrições de chapas estão previstas para o período de 1º a 12 de março. “A palavra de ordem é participação, porque a Funcef é o presente e o futuro de todos nós empregados e aposentados da Caixa”, diz o presidente da FenaE, Pedro Eugênio Leite.

Para acompanhar as fases do calendário eleitoral, acesse regularmente o portal www.fenaE.org.br. Informe-se e participe!

Histórico de luta

A Fenae Agora ouviu

José Carlos Alonso sobre a realidade do fundo de pensão até 2002 e as conquistas que se seguiram, bem como os desafios de hoje



Augusto Coelho

O ex-conselheiro deliberativo da Funcef hoje é dirigente da Contraf/CUT. Alonso também já atuou na Apcef/SP; no Seeb/SP; como Direp, na Caixa, por eleição entre os empregados; e como presidente da Fenae

Fenae Agora: Qual era a realidade da Funcef quando foi instituída, em 2002, a composição paritária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, com membros eleitos pelos participantes?

Havia muita dificuldade para obter informações sobre a situação da Fundação. Não havia negociação sobre os planos de benefícios, a gestão, e muito menos os investimentos. Além disso, para facilitar a preparação para a privatização, a direção da Caixa investiu na fragmentação de seu pessoal, estimulando a divisão entre os novos e antigos empregados, entre detentores de função e os sem função, e entre ativos e aposentados. O estímulo à divisão visava o enfraquecimento do movimento e dificultava a ação em defesa da Caixa e dos associados da Funcef.

FA: Os investimentos eram motivo de insegurança? Como estava sendo tratado o patrimônio dos participantes da Fundação?

Os investimentos devem ser motivos para preocupação permanente dos associados, pois deles dependem o nosso futuro e o de nossas famílias. Mas a situação da Funcef, assim como outros fundos de pensão de empresas estatais, era dramática. O conjunto de péssimos investimentos, muitos ainda sendo alvo de investigações pelo Ministério Público, trouxeram gigantescos prejuízos.

A direção da Caixa vinha praticando a política de reajuste zero, o que fazia com que os benefícios pagos pela Funcef diminuíssem nominalmente, uma vez que os benefícios do INSS continuavam sendo corrigidos. Seria de se esperar que a Fundação acumulasse imensos superávits, mas ao contrário, o que tivemos na prática foi o achatamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas e uma situação de déficit na Fundação, o que dá um bom indicativo de quanto foi desastrosa a política de investimentos praticada.

FA: Quanto à situação dos planos de benefícios, qual era a avaliação dos conselheiros eleitos sobre o Replan e o REB?

Há muito tempo, os planos REG/Replan deixaram de atender às necessidades dos associados. Para se aposentar, era preciso ter 55 anos de idade, tanto homens quanto mulheres, as contribuições da

Caixa eram limitadas a três maiores tetos do INSS e a paridade entre ativos e aposentados estava totalmente desfigurada. A direção da Caixa promovia diversas alterações nas estruturas e nomenclaturas das funções, descaracterizando a paridade.

As direções da Caixa e da Funcef criaram o plano REB I e, em seguida o REB II, que apresentavam uma série de problemas para os associados. Limitava as contribuições da Caixa a, no máximo, 7% da folha, mantendo excluído o CTVA, os cálculos das reservas do pessoal da ativa eram depreciados, pois tomavam como base a idade de 55 anos para se aposentar, e ainda era reduzida com as premissas de rotatividade e de morte e invalidez. Para os aposentados, previa-se um incentivo de 9%, sem nenhuma perspectiva de aumento, além da correção pelo INPC.

FA: Quais as vantagens trazidas pelo Novo Plano?

O Novo Plano tem muitos aspectos positivos. O primeiro foi romper com a política de limitação de 7% da contribuição da Caixa. No Novo Plano essa contribuição chega até 12% da folha. A inclusão do CTVA na contribuição é outro elemento importante.

No processo de saldamento, para o cálculo do benefício, o salário foi projetado em 1,5% de aumento real ao ano. O benefício do INSS foi calculado levando em consideração o fator previdenciário, que reduz o valor do benefício. Outra conquista importante foi a contribuição da Caixa também paritária com a dos aposentados, para cobertura das despesas administrativas.

Houve ainda a criação do Fundo de Acumulação de Benefício para os empregados que continuam trabalhando após atingir a condição para receber o benefício saldado e que é transformado em outro benefício. Mas uma das maiores conquistas foi a criação do Fundo de Revisão dos Benefícios, que permite que parte dos resultados dos investimentos acima do mínimo atuarial seja acumulado e utilizado para aumentar o benefício em termos reais. A Funcef é a única fundação que tem plano com essa característica.

FA: Foi concluída em 2006, também com empenho decisivo dos conselheiros eleitos, a mudança do estatuto da Fundação. Ficou instituída a composição paritária também da Diretoria Executiva e foram criados no final de 2008 os comitês os

técnicos de assessoramento. Como foi a batalha para garantir esses avanços e o que ainda precisa avançar na democratização da Funcef?

No processo de criação do Novo Plano e saldamento, os representantes dos participantes no grupo de trabalho impuseram como condição que houvesse mudança no estatuto da Funcef e fosse instituída a gestão paritária, a criação de comitês e a restrição do uso do voto de minerva do presidente do conselho deliberativo em votos de mudança estatutária, mudança de planos de benefícios e retirada de patrocínio da Caixa. Mesmo com o acordo no grupo de trabalho, houve muita resistência na implantação dessas alterações. Para garantirmos a aprovação das mudanças, fomos obrigados a realizar o processo eleitoral em 2006 prevendo a eleição de três diretores, antes mesmo da aprovação pelos órgãos controladores da Caixa. E o resultado foi positivo e hoje a eleição de metade da diretoria é uma realidade, já inscrita no estatuto.

FA: Como você avalia o tratamento dispensado pela Caixa à Funcef. Houve completa mudança ou ainda há resquícios do passado?

O relacionamento sempre foi muito difícil. Houve avanços importantes, mas resquícios permanecem. É inexplicável como, por exemplo, em ações em que a Caixa é acionada, ela sempre chama a Funcef ao processo e tenta repassar as contas para a Fundação e se eximir da sua responsabilidade.

FA: Que desafios são colocados agora para as representações dos associados da Funcef?

Muito já foi feito, mas sempre haverá coisas a melhorar. Sob o aspecto da gestão, precisamos restringir ainda mais o voto de minerva do presidente do Conselho Deliberativo enquanto não conseguirmos revogar a lei que lhe dá amparo. Precisamos eliminar totalmente o voto de minerva na diretoria executiva, já que a lei não faz nenhuma referência a ele. Precisamos ainda criar mecanismo de rodízio nas diretorias e presidência ocupadas por representantes da patrocinadora e pelos eleitos.

Mas tudo isso visa o mais importante: melhorar os benefícios dos aposentados e pensionistas, que é a luta permanente do movimento.

Negócios passados a limpo

As investigações que ocorreram na Funcef a partir de 2003, por solicitação feita ao Ministério Público pelos novos gestores da Fundação, contaram com a participação de auditores da Caixa, solicitados pelo MP. Houve tentativa anterior de fazer as investigações, mas o MP esbarrou em dificuldades, pois os documentos solicitados não eram colocados à disposição.

Com a chegada de representantes dos empregados aos postos de conselheiros e diretores eleitos, a colaboração passou a ser total e foram repassadas aos auditores mais de quinhentas mil cópias de documentos. Leia, abaixo, alguns dos negócios passados a limpo.

A matéria completa está no site da Fena: www.fenae.org.br.



Encol

A Encol estava falindo quando a Funcef entrou no empreendimento do hotel Renaissance, de propriedade da empreiteira, em São Paulo, no qual foram investidos R\$ 92,6 milhões em 1995. O contrato tinha vigência de 10 anos, mas foi revisto em 2002 e foi estendido para 2012. Com a falência da Encol, a Fundação teve que assumir o restante da empreitada para não ficar com o esqueleto inacabado do prédio. Foram negociadas melhorias de governança no contrato com a operadora Marriot e promovidas reformas e modernizações no hotel. O empreendimento passou a apresentar rentabilidade acima da meta atuarial. Desde 2005, é um dos destaques de bons resultados da carteira de imóveis da Funcef.

Blue Tree

Outro negócio altamente lesivo ao patrimônio da Fundação foi feito em hotéis, em 1999, tendo como operadora a recém-criada Blue Tree.

A Funcef investiu na construção de três hotéis: R\$ 71,9 milhões em valores contábeis (R\$ 81,8 milhões por correção atuarial de 2005) no hotel de Brasília; R\$ 67,6 milhões (R\$ 312,7 milhões pelo cálculo atuarial de 2005) no hotel de Angra dos Reis; e R\$ 30 milhões (R\$ 209,6 milhões atualizados em 2005) no hotel de Cabo de Santo Agostinho. Isso depois de a Fundação ter investido, em 1998, R\$ 7 milhões na participação acionária de 20% da empresa Blue Tree.

Nos hotéis construídos com investimentos da



Funcef, a Blue Tree recebeu inequívoca vantagem, porque não é usual uma operadora hoteleira recém-criada conseguir contratos de operação com três grandes hotéis luxuosos, ainda mais com remuneração pela receita bruta. Com nova administração a partir de 2003, a Funcef recorreu à Justiça para fazer valer a opção de saída dos investimentos (PUT). Em 2006, a Fundação negociou o encerramento dos litígios com a Blue Tree, trocando a multa pela rescisão antecipada dos contratos de operação dos hotéis (a ser paga pela Funcef) pelo valor que a Blue Tree deveria pagar pelo ressarcimento dos 20% de participação na empresa. Com a retomada da operação dos hotéis, o hotel de Brasília começou a apresentar resultados positivos. Nos outros dois, foram celebrados recentemente contratos de operação com a Vila Galé e já há também melhoria nos resultados.

Parques temáticos

Os parques temáticos Wet'n Wild, em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, e Hopi Hari, também em São Paulo, são outro exemplo de investimentos lesivos à Fundação, feitos no passado.

Em razão dos recorrentes prejuízos, a administração que assumiu a Funcef em 2003 entrou com ação contra os sócios de Salvador. Foi contratado escritório especializado para acompanhamento deste caso, dada a sua complexidade. Há negociações em curso. No parque do Rio de Janeiro, foi possível recuperar apenas R\$ 4 milhões, valor muito pequeno em comparação com os R\$ 63,6 milhões investidos.

Em 2009, foi completada a reestruturação econômica, financeira e operacional do parque aquático em São Paulo. Houve a conversão das dívidas em ações e renegociação dos contratos de operação e uso de marca Wet'n Wild. Assim, o parque ficou com balanço livre de dívidas e patrimônio líquido positivo. Empresa pronta para investir em novas

atrações. Em 2009 houve público recorde de visitantes (400 mil visitantes ano). Em relação ao Hopi Hari, a Funcef vendeu sua posição em 2009, medida adotada por quase todos os demais debenturistas.

Brasil Telecom

O banqueiro Daniel Dantas, do grupo Opportunity, tornou-se controlador da Brasil Telecom, mesmo tendo participação minoritária na empresa. Após a maior disputa societária da história do mercado de capitais brasileiro, Dantas foi destituído do comando do CVC Opportunity em março de 2005 e, posteriormente, da Brasil Telecom. A Funcef vendeu sua participação na Brasil Telecom e nos demais investimentos realizados pelo antigo fundo CVC por R\$ 446 milhões (ainda resta uma pequena participação na Sanepar), recuperando um montante aproximado do valor dos investimentos corrigido pela meta atuarial.

Brasil Ferrovias

Também fruto das privatizações, a participação da Funcef na Brasil Ferrovias resultou na demanda de novos aportes de recursos para se tentar diminuir prejuízos da empresa, que em 2003 encontrava-se em estado pré-falimentar. Foram exigidos investimentos altos da Fundação. Em maio de 2005, o governo federal anunciou um plano de reestruturação da Brasil Ferrovias, com envolvimento da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), dando melhores expectativas em relação à companhia. A Funcef, juntamente com a Previ e o BNDES vendeu a Brasil Ferrovias para a ALL, em uma operação de troca de ações. A ALL vem apresentando resultados positivos, possibilitando à Funcef recuperar paulatinamente os prejuízos registrados no passado. <

Fora da **sala de aula**

Ensino a distância está em expansão e a Fenaef oferece convênios com instituições que possuem cursos online

Os desafios do conhecimento se impõem de forma inquietante, forçando a expansão da oferta de ensino. As opções de cursos a distância têm sido abraçadas por um contingente cada vez maior de pessoas. São profissionais em busca de reciclagem, gente que precisa de flexibilidade em relação aos horários das aulas e moradores de locais que não oferecem os cursos de seus interesses.

O Ministério da Educação (MEC) desenvolve política de estímulo à formação superior e à formação profissional e tecnológica. A Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada pelo governo em 2005, possui rede de cursos a distância em universidades de todo o país, com apoio presencial. Em 2007, foram atingidos 291 pólos, com abertura de 46 mil vagas de ensino superior. O objetivo é superar a marca de mil pólos em 2010 e alcançar 300 mil vagas.

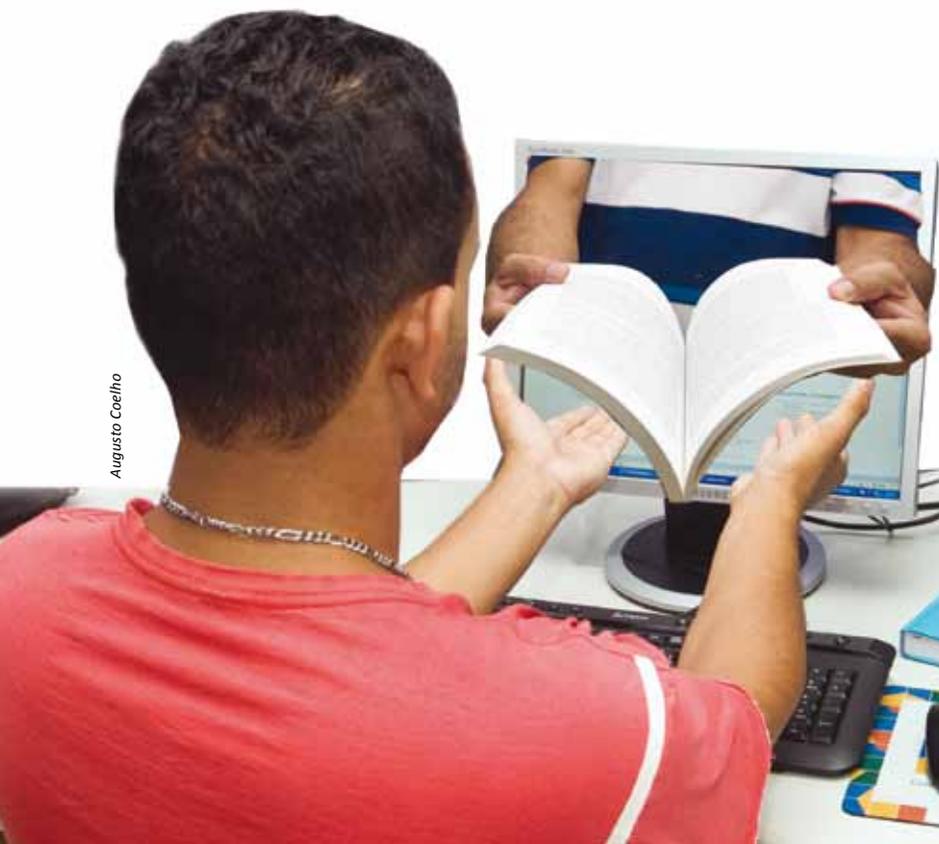
Levantamento da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) revela que, em 2008, havia 1.752 cursos a distância em funcionamento no país, representando crescimento de 90% em relação a 2007. O total de alunos matriculados em 2008 era de 2,6 milhões. Esse número subiu para 3,5 milhões em 2009.

Especificamente para os empregados da Caixa, desde janeiro de 2001, está em atividade a Universidade Cooperativa, com oferta de cursos em todo o país, via internet (universidade.caixa.gov.br). Há três níveis de cursos: técnicos e de atualização; superior; e especialização. Os programas visam a formação, a atualização e o aperfeiçoamento contínuo do corpo funcional, com cursos, seminários e bolsas de estudo, inclusive para pós-graduação. Há também programa para capacitação de adolescente aprendiz, visando a inclusão de menores no mercado de trabalho.

A Fenaef também oferece convênios para várias opções de cursos a distância a empregados da Caixa associados às Apcefs ou contribuintes do

Fenaef Doações. São descontos e condições especiais em instituições de ensino superior, para graduação e pós-graduação. Entre as instituições conveniadas estão a Associação Internacional de Educação Continuada (AIEC); a Universidade Gama Filho; a Universidade Católica de Brasília Virtual (UCBV); a FGV Online; e faculdades vinculadas ao grupo Estácio de Sá.

Para conferir cursos e obter outras informações, acesse o site da Fenaef (www.fenaef.org.br) e entre na seção Convênios. Os interessados podem, inclusive, indicar novos cursos e outras instituições de ensino, mandando seu e-mail para convenios@fenaef.org.br.



Democratização do ensino

O secretário de Educação a Distância do MEC, Carlos Eduardo Bielschowsky, fala sobre as iniciativas adotadas pelo governo.



Zenite Machado / Folha Dirigida

FA: Em que se fundamenta a política de educação a distância do governo federal?

A educação a distância tem papel importante na implementação de políticas de democratização e interiorização da oferta de cursos superiores. O MEC atua na implantação de um marco regulatório que resguarde e garanta ofertas de cursos superiores com a devida qualidade. Para isso, implantou diversos programas com financiamento público, indutores de boas práticas em cursos a distância, dentre os quais destacamos: a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC). São quatro pilares importantes: indução de programas de qualidade, financiamento de ofertas de qualidade, produção de materiais e fornecimento de tecnologias e infraestruturas, programas de formação e capacitação permanentes.

FA: Como garantir que o aluno aprenda nos cursos de educação a distância?

Imprimindo metodologia de formação que garanta que ele seja autônomo e organize suas atividades, de modo a ter atendimento regular por professores e tutores. Para isso, ele deve receber materiais e conteúdos qualificados para ser avaliado regularmente, de modo a garantir efetividade do processo de aprendizagem. É relevante para o aluno poder acessar todas as tecnologias disponíveis e aumentar suas fontes de consulta e atendimento. Os alunos que fazem cursos a distância têm um contato personalizado com os professores e tutores, por meios

eletrônicos (fóruns virtuais, chats, e-mails) ou por telefones 0800, disponibilizados pelas instituições. De fato, este é um desafio para um país como o Brasil, onde a diversidade é tão contrastante do ponto de vista econômico, social e cultural. Entretanto, é uma exigência do Ministério da Educação que os cursos a distância ofereçam também infraestrutura física mínima para os alunos, que inclui: bibliotecas, laboratórios de informática e laboratórios pedagógicos (química, física, biologia). Por isso, os pólos presenciais são importantes.

FA: A educação a distância contempla educação formal e profissional?

Sim. Temos programas como a UAB e o e-TEC. Com o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), o governo federal está implantando um sistema com a participação de instituições públicas de educação superior e em parceria com estados e municípios. O principal objetivo da UAB é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública que ainda não tenham graduação, o que significa atender à demanda de milhares de profissionais e de redes públicas de ensino, além de propiciar formação continuada.

Já a Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) foi criada em 2007 com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica a distância, com a ampliação e democratização do acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal, municípios. Os cursos são ministrados por instituições públicas (escolas técnicas).<

A tevê é um limão? Faço uma caipirinha

de arte-educadores, veio à baila desenho. Lembrei-me do amigo Elifas Andreato, maior artista gráfico do país. Edita o Almanaque Brasil de Cultura Popular, revista de bordo da TAM, em que eu e Katia Reinisch assinamos a seção Em Plantando Tudo Dá. Contei que convidaram Elifas a falar em Curitiba para alunos de uma Faculdade de Design (dezáine). Elifas começou:

“Eu não sou dezáiner. Nunca fiz dezáine. O que sempre fiz foi desenho. E me orgulho de ter sido a vida inteira um desenhista.”

Foi ovacionado antes mesmo de proferir a palestra. Dezáine é a palavra-símbolo das cabezinhas colonizadas do momento. Jovem colonizado que desenha não se intitula desenhista, mas dezáiner. Curioso é que não perceba seu grau de colonização e se atrapalhe ao explicar a diferença entre “dezáiner” e desenhista, “dezáine” e desenho. Noutra roda, um arquiteto havia tentado:

“Dezáiner é o sujeito que tem uma ideia e rabisca umas garatujas, aí procura um bom desenhista para tornar aquilo inteligível.”

Bem, por esta definição conclui-se que “dezáiner” é um mau desenhista. O maior gênio da humanidade foi grande desenhista: Leonardo da Vinci (1452-1519). Sendo italiano, não fazia design, mas disegno [dizenho], nem era designer, mas disegnatore. Imaginou e desenhou engenhos que se concretizariam séculos mais tarde – um sistema hidráulico de irrigação, o elevador, o helicóptero, além de pintar o mais célebre dos retratos: Mona Lisa.

Na mesa dos amigos que lidam com arte-educação, falou-se de arte, literatura, gastronomia, cinema, teatro, relações afetivas e até religião sob a óptica de uma criança de oito anos, Ana Clara. É sobrinha do anfitrião, cuja mãe, avó da menina, doutrinando-a nos ensinamentos da Bíblia, disse-lhe que “Deus Pai enviou o filho [Jesus] para morrer pela salvação da Humanidade”. Ana espantou-se:

“Vó! Mandou o filho?! Por que não veio Ele!?”

Eu não queria estar na pele de um teólogo tentando explicar a Ana Clara por que o Pai mandou o Filho morrer em seu lugar. Devo tais elucubrações à televisão, que cada vez suporta menos e me leva a preencher horas de lazer visitando amigos. Com boa vontade, até podemos convir que ela instrui, como admitiu Groucho Marx (1891-1961), comediante do cinema mudo:

“A televisão é muito instrutiva: quando ligam na sala, logo pego um livro para ler.”

E tem gente que defende o direito da tevê botar porcaria no ar em nome da “liberdade de expressão”. É gente que foge da revisão do sistema de concessões de canais como o diabo foge da cruz.<

Devo à tevê a redescoberta do prazer de reunir-me aos amigos para beber, comer e – o melhor – conversar. Com a tevê desligada. Surgem mil assuntos. Outro dia, na casa de um casal





acervo Agência Brasil

Dez anos de **Fórum Social Mundial**

O Fórum Social Mundial (FSM) retornou à Porto Alegre (RS), onde aconteceu a primeira edição do encontro, e abriu os trabalhos com o seminário “10 anos depois: desafios e propostas para um outro mundo possível”. O evento recebeu, entre 25 e 27 de janeiro, mais de 35 mil pessoas, de 39 países e abriu uma série de 30 encontros que acontecerão pelo mundo ao longo de 2010, quando o Fórum volta a centralizar seus debates em ato político em Dacar, no Senegal.

Para a assistente social Ruth Bittencourt, representante do Conselho Federal de Serviço Social no Conselho Nacional de Saúde, o FSM é um espaço que propicia ações concretas. Ela citou, ainda, o processo de articulação para a realização da primeira Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social, que acontecerá de 1º a 5 de dezembro de 2010, em Brasília (DF): “A conferência nasceu como uma discussão da área de saúde e foi ampliada para abarcar a seguridade como um todo. O processo começou no 2º Fórum Social Mundial da Saúde (FSMS), em Nairóbi (Quênia), em 2007, e foi evoluindo até convocatória, no 3º FSMS, em Belém (PA), em 2009.”

Fórum Urbano Mundial

Entre 22 e 26 de março de 2010, acontece, no Rio de Janeiro, o 5º Fórum Mundial Urbano com o tema “O direito à cidade: unindo o urbano dividido”. A Fenaé é uma das entidades que coordena o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), que estará presente no evento com atividades sobre esse mote e conflitos sócio-territoriais.

A secretária executiva do FNRU, Regina Ferreira, explica que o evento será positivo para dar visibilidade à questão do direito à cidade, dentro dos princípios de sustentabilidade e justiça social, e aprofundar o debate sobre as grandes transformações urbanas que a Copa do Mundo e as Olimpíadas trarão para as cidades brasileiras. “É preciso que esses investimentos sejam revertidos para a construção de cidades com acesso à mobilidade e à permanência das pessoas nas áreas centrais com melhor qualidade de vida”, explica.

Leia mais sobre o evento no site do FSM: www.forumsocialmundial.org.br.



Da terra à mesa

No Brasil, a maior parte do que comemos é plantado por agricultores familiares que poluem muito menos que o agronegócio

Mesa farta todos os dias nem sempre garante a segurança alimentar de uma família. Alimentar-se com segurança inclui práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Essa é a definição que norteia os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Ainda há um longo caminho para que a produção de alimentos com técnicas menos agressivas ao meio ambiente seja uma prática constante no Brasil. Veja a seguir alguns dos problemas apontados por Vania Pimentel, professora de agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) e mestre em desenvolvimento rural.

Grandes lavouras

“Desde 1500, o Brasil adota como modelo predominante de agricultura o sistema de plantation (grandes lavouras), em grandes extensões de terra e mão de obra subempregada. Árvores são derribadas aos milhões, na floresta Amazônica, para dar lugar à soja. É possível frear o desmatamento? No Cerrado, ele alcança o patamar de mais de 50% também para dar lugar à soja. Mesmo assim, o país comemora safras recordes, não se importando com a destruição de ecossistemas. Será que o equilíbrio da balança comercial é mais importante que a conservação do Cerrado e da Amazônia?”.

Augusto Coelho



Acesso à terra

“Dados do censo do IBGE de 2006 apontam para uma estrutura agrária ainda muito concentrada: estabelecimentos não familiares, apesar de serem apenas 15,6% do total, ocupavam 75,7% da área e sua área média era de 309 hectares, enquanto a dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares. Nossa sociedade está disposta a mudar a forma de distribuição de renda e de terra?”

Agrotóxicos

“O Brasil comemorou, em 2008, a posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos e continua usando produtos já proibidos em vários países (como os Estados Unidos, o Japão, a China e nações da União Europeia) por causarem impactos à saúde e ao ambiente.”



Ingrediente básico da tapioca, 80% da mandioca é produzida pela agricultura familiar



Preto, carioca ou fradinho, 70% do feijão produzido no país é oriundo da agricultura familiar

Produção sustentável

Apesar de cultivar uma área menor com lavouras, 17,7 milhões de hectares, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. Com apenas 24,3% da área ocupada sua produção chega a 80% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% arroz, 28% trigo e 16% de soja. A agricultura familiar ainda é importante fornecedora de proteína animal com cerca de 58% de leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos. Mas como aumentar o número de agricultores familiares no campo e pensar em uma forma sustentável de produzir alimentos?

Os consumidores têm um papel cada vez mais importante. “Não se tem mais o vínculo da produção com o consumo. É preciso resgatá-lo para ter um cardápio mais nutritivo e para que os agricultores sejam mais valorizados”, destaca Vania.

Ela reconhece que o atual governo vem promovendo ações positivas e que é preciso potencializar as experiências de produção de base ecológica como alternativas concretas de agriculturas sustentáveis. Mas, para ela, ainda é preciso implantar políticas públicas voltadas para a promoção da transição do atual modelo agrícola para uma produção orientada pela agroecologia. <



A doutora do Brasil em **humanidade**

Como os pássaros, que cuidam de seus filhotes ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, a médica sanitária e missionária católica Zilda Arns Neumann cuidou das crianças e idosos carentes do Brasil como um bem sagrado, ao promover o respeito a seus direitos e protegê-los. Nela, não havia distância entre intenções e ações.

Zilda Arns era irmã caçula do arcebispo-emérito de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. Nasceu em Forquilha (SC), em 25 de agosto de 1934, e dedicou sua vida a trabalhos de solidariedade, apostando na educação como ferramenta para combater as doenças infantis e a desnutrição. Criou o método de atenção às gestantes pobres e às crianças desnutridas, hoje um paradigma adotado em vários países da América Latina e da África. Esse trabalho a levou para o Haiti, onde foi vítima de terremoto em 12 de janeiro deste ano.

A Pastoral da Criança, que Zilda coordenava, foi criada em 1983 e atua hoje em 27 países. Ela também estava envolvida na coordenação da Pastoral da Pessoa Idosa, e participava como representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Conselho Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Um de seus principais projetos era o de Alimentação Enriquecida, que consiste em educar as populações carentes sobre meios de enriquecer os alimentos do dia a dia.

A atuação de Zilda Arns rendeu-lhe prêmios e homenagens no Brasil e no mundo. Nos anos de 2006 e 2007, a Fenaec colaborou com a sua obra na Pastoral da Criança, por meio da campanha Doce Parceria. Nas duas ocasiões, o total arrecadado foi de R\$ 27 mil.

De maneira profética, Zilda Arns mostrou que a solução vem de baixo, da sociedade que se mobiliza. Para isso, ela suscitou a sensibilidade humanitária e revelou em miniatura que um mundo justo e igualitário não só é possível, como realizável no aqui e agora. <



A obra “Construindo Fernanda”, da aposentada Rita de Fátima Bueno Vicente, de Brasília, conquistou o terceiro lugar do Foto Fenaé 2006.

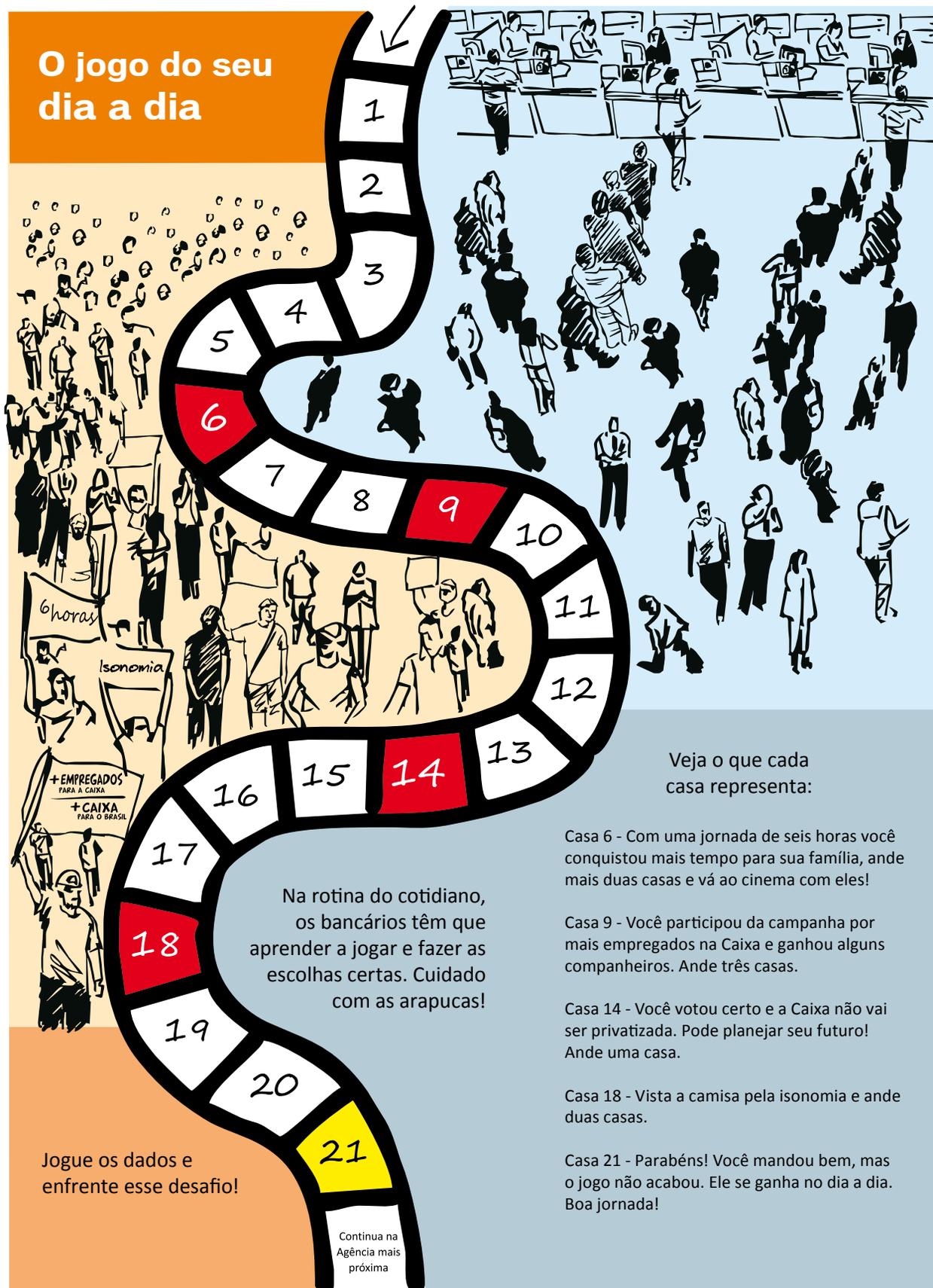


Iniciamos 2010 com uma revista de cara nova e com a proposta de construir um ano cheio de vitórias. Por isso, nesta edição, lembramos a aposentada Rita, uma das finalistas do Foto Fenaé 2006, cujo tema era “Em construção”. Que neste ano, possamos olhar para nós mesmos e construir uma bela história.<

Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5ª andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva** - **Diretor-presidente:** Pedro Eugenio Beneduzzi Leite. **Diretora vice-presidente:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Administração e Finanças:** Jair Pedro Ferreira. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Marcos Aurélio Saraiva. **Diretor de Cultura:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Ely Custódio Freire. **Diretores Executivos:** Victor Guilherme Esteche, Paulo Roberto Damasceno. **Conselho Fiscal - Titulares:** Olívio Gomes Vieira, Maristela da Rocha, Laércio Silva. **Suplentes:** Franciso Astrogildo Cruz, José Miguel Correia, Kardec de Jesus Bezerra. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** Francisca de Assis Araújo Silva. **Vice-presidente:** Edson Azevedo dos Anjos Gomes. **Secretário-geral:** Arlindo Maciel Sebastião. **Edição:** Tatiana Geishofer van Oortmerssen. **Redação:** Antônio José dos Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira. **Fotos:** Augusto Coelho, Arquivos Apcefs. **Design e ilustração:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 115 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.

O jogo do seu dia a dia



Jogue os dados e enfrente esse desafio!

Na rotina do cotidiano, os bancários têm que aprender a jogar e fazer as escolhas certas. Cuidado com as arapucas!

Veja o que cada casa representa:

Casa 6 - Com uma jornada de seis horas você conquistou mais tempo para sua família, ande mais duas casas e vá ao cinema com eles!

Casa 9 - Você participou da campanha por mais empregados na Caixa e ganhou alguns companheiros. Ande três casas.

Casa 14 - Você votou certo e a Caixa não vai ser privatizada. Pode planejar seu futuro! Ande uma casa.

Casa 18 - Vista a camisa pela isonomia e ande duas casas.

Casa 21 - Parabéns! Você mandou bem, mas o jogo não acabou. Ele se ganha no dia a dia. Boa jornada!

Continua na Agência mais próxima

8 de março - Dia internacional da mulher



“Por que feriram Margarida,
Flor do campo, Flor-mulher?
(Que história mais comprida!)
Tanta força, garra e fé...
Alves, alvos,
calvos homens de má fé;
sumiram com a Margarida,
que estava no campo
envolvida,
no movimento-vida
de camponesa-mulher!
Crucificaram Maria,
que lutava tanto por José...
Ai, parece até que não é
homem,
frágil homem,
quem matou essa forte
mulher!
Ah! Margarida!
Flor da vida!
Flor do campo,
Mulher!”*

Às mulheres cheias de coragem e esperança.
Mulheres com força para enfrentar a vida
e delicadeza para se emocionar com ela.
Mulheres que administram a casa. Mulheres que
administram uma dupla jornada. Mulheres tão
distintas e com tanto em comum.
Orgulhem-se de seu dia. Façam-se ouvir e
respeitar.

**Raul Antônio Marques de Oliveira, da Paraíba, compôs Flor do Campo (Tributo ao Movimento Sindical Rural) em homenagem à Margarida Maria Alves, sindicalista assassinada em 1983. Com a canção, ele venceu o 4º Festival Nacional de Música dos Empregados da Caixa (Fenec), em 1991.*

O festival, hoje chamado Música Feneae, entra em sua 10ª edição em dezembro de 2010. Participe do maior evento musical da Caixa, seja como compositor ou parte da torcida!

Acesse o canal da Feneae no Youtube para conhecer a história de Margarida e escute a música de Raul: tinyurl.com/flordocampo.

Mudamos de nome
e de marca.
Mas a identidade
com você continua
inabalável.

PAR



Par Corretora de seguros. Faz parte do seu mundo.

A FENAE Corretora está em fase de transição. Permanecem a credibilidade e competência e chegam para somar a inovação e a parceria. Um grande passo em direção ao fortalecimento da empresa e à conquista de mercado. Você é parte fundamental nessa evolução. Endosse a nova marca. Afinal, quem quer conquistar espaço deve permanecer unido. A FENAE Corretora agora é PAR Corretora de Seguros.

A CORRETORA DO
PESSOAL DA CAIXA

PAR
CORRETORA
DE SEGUROS